



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE ALPESTRE**

Of. nº 09/2023 - SMAAMA

Alpestre, 29 de fevereiro de 2024.

Ao Município de Alpestre  
CNPJ: 87612933000118  
Alpestre – RS

Prezados(as) Senhores (as),

**CONSIDERANDO**, os termos da Resolução Consema Nº 372/2018 e alterações, em especial ao 1º § 3º do artigo 4º;

**CONSIDERANDO**, os termos da Resolução Consema Nº 424/2020;

**CONSIDERANDO**, o ordenamento jurídico que fundamenta e alicerça o Sistema Nacional de Meio Ambiente em todos os entes federativos;

**CONSIDERANDO**, as competências do Departamento de Meio Ambiente, Órgão da Secretaria Municipal da Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente em especial, aquelas estabelecidas na Lei Municipal Nº 1.339/06;

**CONSIDERANDO**, os princípios da economia, eficiência e celeridade processual que norteiam a administração pública com o objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço em menor tempo e custos reduzidos;

**CONSIDERANDO**, a desburocratização administrativa e a redução de custos ao cidadão;

O Departamento de Meio Ambiente do Município de Alpestre, comunica que **não serão fornecidos documentos caracterizados como Certidão de Dispensa de Licenciamento/Isenção de Licenciamento Ambiental** para as atividades ou portes de atividades não incidentes de licenciamento ambiental, tendo em vista a norma expressa na Resolução Consema Nº 372/2018 definida pela não incidência e demais instrumentos pertinentes.

Desta forma, a atividade **de recapeamento asfáltico e calçamento, em vias preexistentes** em especial nas **Rua Borges de Medeiros (trechos 02 e 03)**, Alpestre/RS, fica como não incidente de licenciamento ambiental conforme Resolução Consema Nº 372/2018 e 424/2020.

Atenciosamente,

PATRICIA  
GRASSI:0204787  
7008

Assinado de forma digital por  
PATRICIA GRASSI:02047877008  
Dados: 2024.02.29 16:14:51 -03'00'

**Patrícia Grassi**  
Licenciadora Ambiental  
Portaria 163/2022

1º § 3º do artigo 4º da Resolução Consema Nº 372/2018. "Para as atividades ou portes de atividades não incidentes de licenciamento ambiental não é necessária a emissão de declaração de isenção pelo órgão ambiental, tendo em vista a norma expressa desta Resolução pela não incidência."